

# Independente do Congresso

eleições e o Executivo não teria o poder de veto:

O Conselho Federal da OAB está empenhado na campanha pela Constituinte desde o movimento pelas diretas já. Sob a presidência de Hermann Baeta, eleito esta semana para o biênio 85-87, os esforços estarão concentrados no sentido de recolher sugestões em todo o País a serem oferecidas aos membros de uma Assembleia Nacional Constituinte, constituída independentemente do Congresso Nacional, através de eleição direta e secreta nos Estados, Territórios e no Distrito Federal.

Durante seis meses, de junho a novembro de 86, esta Assembleia elaboraria a nova carta, coincidindo o término de seu trabalho com o fim da legislatura atual e possibilitando que o novo Congresso recebesse o texto pronto, para encaminhamento normal, inclusive apresentação de emendas.

A tese, como explicou Baeta, é de autoria do professor Fábio Konder Comparato, especialista em Direito Constitucional, radicado em São Paulo. A Constituinte não pode ser fruto de outorga do Poder Executivo, mediante a concessão de poderes constituintes ao Congresso Nacional, ponderou. Ele acredita que, do próprio Legislativo, deva partir a iniciativa de elaborar lei convocando eleições abertas a toda a sociedade para a escolha dos que integrarão a Assembleia Nacional Constituinte, não excluídos os atuais parlamentares que se apresentassem como candidatos a constituintes, concorrendo em igualdade de condições com os demais postulantes. Aprovada a lei, o Tribunal Superior Eleitoral se encarregaria de sua regulamentação e aplicação. Baeta prefere não contar com veto do Poder Executivo, pois afirma que, neste caso, haveria "meia Constituinte".

Nos contatos que pretende manter com o ministro da Justiça, Fernando Lyra, políticos e os mais variados segmentos da sociedade brasileira, o novo presidente do Conselho Federal da OAB pretende obter apoio para a idéia. De qualquer forma, a luta da Ordem dos Advogados

prosseguirá paralelamente à Constituinte, cuidando para que as reivindicações do povo brasileiro sejam normatizadas. A mobilização que a entidade pretende dar seqüência, a nível nacional, nos próximos dois anos, terá como suporte comissões constitucionais de conselheiros, escolhidos entre os noventa que integram aquele órgão. Cada uma delas se responsabilizará, garantiu Baeta, pelo aprofundamento dos grandes temas, debatidos previamente em concentrações populares, nos partidos, associações, universidades, sindicatos, escolas, Igrejas, associações de moradores, clubes, associações estudantis e demais grupos sociais.

Entre as questões prioritárias está a reforma substancial do Poder Judiciário. Isto se daria, segundo Hermann Baeta, com a autonomia financeira, primeiro passo para a independência total e melhoria das condições materiais de funcionamento. A autonomia financeira seria estendida também ao Poder Legislativo. A Constituição Federal fixaria percentuais da renda nacional a serem destinados aos três poderes, de maneira que ao Poder Executivo coubesse 90%, e ao Poder Legislativo e Judiciário, 5%, respectivamente. Os mecanismos de controle da aplicação desses recursos seriam disciplinados por lei ordinária.

Outro aspecto que merece atenção especial, de acordo com Baeta, é o do acesso dos candidatos aos meios de comunicação no período de campanha eleitoral. O Conselho Federal quer que esses veículos sejam abertos a todos os candidatos, independentemente de sua condição social, e que o período para transmissão gratuita concedido pela Justiça Eleitoral seja aumentado. Esse assunto será tratado sob a designação geral de "política de comunicações" a ser adotada.

O novo texto constitucional deve conter ainda, entende Baeta, dispositivos facultando o ensino gratuito em todos os níveis, concedendo a autonomia sindi-

cal e disciplinando o direito de propriedade. Este último aspecto tem ênfase nas questões de terra, para a solução das quais o Conselho Federal reivindica o amparo ao homem do campo, evocando o aspecto social do problema. O objetivo é fixar o homem nas áreas rurais, como forma de pôr fim aos conflitos que resultam frequentemente em mortes não apenas dos posseiros, mas também dos advogados, denunciou Baeta.

Segundo ele, nos últimos três anos morreram cerca de 40 advogados que militam no setor, fora as ameaças, perseguições e invasões de domicílios. Os focos de conflito estão localizados sobretudo no Nordeste.

Na trajetória rumo à Constituinte, Hermann Baeta prevê obstáculos a serem ultrapassados caso o Congresso não decida pela supressão dos dispositivos legais que impedem a expressão do povo brasileiro e ainda se o Poder Executivo não se comprometer de que não deve ingerir no processo. "Nunca houve, neste País, Constituição que passasse pelo povo antes de passar pelo Legislativo", frisou. Ele advoga a elaboração do que chama de "primeiro texto" da nova carta pelas bases e, neste sentido, manifesta-se contrariamente a que esse trabalho seja realizado através de anteprojeto de lei, preparado por comissão designada pelo Poder Executivo. A OAB, se convidada oficialmente pelo Ministro da Justiça, para integrá-la vai estudar o assunto.

As seções regionais da entidade em todo o País vêm promovendo eventos, com o objetivo de mobilizar e conscientizar a todos sobre a importância da Constituinte e especialmente o analfabeto. D. Mauro Morelli, bispo do município de Duque de Caxias (RJ), é um dos colaboradores e integra o grupo de trabalho encarregado de fazer uma cartilha de noções básicas do processo Constituinte para as camadas mais humildes. As ilustrações são do cartunista Henfil.

(Teresa Cristina Pimenta)

CORREIO BRAZILIENSE

8 Brasília, domingo, 7 de abril de 1985

## OAB quer Constituinte

Função do Legislativo seria apenas convocar